

# Goiás demarca terras de quilombos

O Globo  
29/10/95 70 10  
30

**RODRIGO FRANÇA TAVES**  
Enviado especial

BRASÍLIA — O maior e mais antigo quilombo do Brasil, o dos Kalungas, no nordeste de Goiás, perto da divisa com Tocantins, será o primeiro a ser demarcado e transformado em sítio histórico e de preservação cultural no país. Pelo projeto do Governo de Goiás, os cerca de três mil descendentes de escravos africanos que habitam a região há mais de 200 anos se tornarão proprietários definitivos de uma área de 202 mil hectares. Os 51 fazendeiros que grilaram 30 mil hectares na reserva dos Kalungas, após sérios conflitos com os negros, terão de abandonar as terras. Apenas suas benfeitorias serão indenizadas. A Furnas Centrais Elétricas terá que arquivar o projeto de construção da Usina de Foz do Bezerra, no Rio Paranã, que inundaria parte do quilombo.

Paralelamente ao trabalho de demarcação, que começou semana passada, o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (Idago) pretende iniciar um programa de desenvolvimento integrado para a comunidade Kalunga. Mais de 15 anos depois dos primeiros contatos com os brancos, os Kalungas até hoje só contraíram doenças urbanas que desconheciam, como sarampo, coqueluche e catapora. Por falta de estradas vicinais e postos de saúde, eles continuam tendo que transportar seus doentes em lombo de burro ou em redes, em viagens de mais de três dias por serras de mata fechada até as cidades mais próximas. Muitos morrem no caminho.

No fim do século XX o desenvolvimento só chegou para os Kalungas na forma de duas escolas precárias e de algumas campanhas de vacinação contra a febre amarela e o mal de Chagas. Os Kalungas continuam vivendo nas mesmas condições rudimentares de quando ocuparam, no século XVIII, os Vãos da Serra Geral, entre as cidades de Monte Alegre, Teresina e Caval-



Rodrigo França Taves

Mulher kalunga, descendente de escravos, fuma seu cigarro de palha

cante, fugindo do trabalho escravo nas minas goianas, durante o Ciclo do Ouro.

Para vender a mandioca, e com o dinheiro comprar roupas e sandálias de dedo, açúcar e fumo, os Kalungas precisam andar de cinco a oito horas pela matas até a estrada vicinal mais próxima, de onde a viagem a pé continuará por mais alguns dias. O Idago se propõe a construir 361 quilômetros de estradas, a aumentar o número de escolas, a implantar projetos de saneamento básico e eletrificação

rural, a contratar agentes de saúde e a ensinar novas técnicas de plantio e comercialização.

O problema, porém, é a falta de dinheiro. O conjunto de projetos está orçado em R\$ 24 milhões, mas o presidente do Idago, Durval Fernandes Mota, não sabe se conseguirá sequer o R\$ 1,7 milhão necessário para a demarcação do perímetro de 346 quilômetros do sítio histórico e os R\$ 6,6 milhões para desapropriação e pagamento das benfeitorias dos grileiros. O Idago vai pedir ajuda ao Governo federal.